



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

1

DECRETO Nº 284 / 2021 - GAB/PMA, DE 18 DE AGOSTO DE 2021.

PUBLICADO EM: 18-08-2021

D. Neuzemar de P. Santos

PRORROGA O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, INSERE E ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 275/2021/GAB/PMA, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública, em vigor por força da ADI 6.625/DF;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19; e,

CONSIDERANDO a atualização das medidas implementadas pelo Decreto nº. 800, de 31 de maio de 2020, republicado em 6 de agosto de 2021, do Governo do Estado do Pará.

A Excelentíssima Senhora **MARIA LUCIDALVA BEZERRA DE CARVALHO**, Prefeita Municipal de Almeirim-PA, usando as atribuições que lhe são conferidas pelos Incisos V e XXII, do Art. 89, da Lei Orgânica Municipal de Almeirim e o que dispõe o Decreto Nº 800, do Governo do Estado do Pará, altera o Decreto Municipal nº. 275/2021/GAB/PMA, de 28/07/2021, que passa a vigorar da seguinte forma consolidada:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica alterado o **Decreto Municipal nº. 275 / 2021 / GAB / PMA**, mantendo-se o **ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA**, decretado anteriormente em todo o território Municipal de Almeirim-PA, o que inclui o Distrito de Monte Dourado, prorrogando-o pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 18/08/2021, para fins de prevenção e medidas de combate à pandemia.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal manterá o atendimento dos serviços essenciais, em especial nas Unidades de Atenção à Saúde, de Vigilância Sanitária, Assistência Social e retomará os demais serviços;

Art. 3º - As medidas restritivas de direito a serem adotadas pelo município como forma de controle sanitário e epidemiológico de enfrentamento da COVID-19 devem respeitar os seguintes princípios:

I - preservação da vida e promoção da saúde pública e da dignidade da pessoa humana;

Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 510 – Centro
CEP 68.230-000–Almeirim/PA
CNPJ: 05.139.464/0001-05

“Reconstruindo Almeirim”

[Handwritten signature]



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

2

- II - proteção dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, com a promoção do desenvolvimento econômico e social;
- III - proporcionalidade e razoabilidade;
- IV - gestão democrática da crise na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de enfrentamento da pandemia;
- V - transparência e publicidade das informações e dados a respeito da pandemia no Município;

Art. 4º - Como instrumento de controle sanitário e epidemiológico de enfrentamento da COVID-19, o Município de Almeirim segue aos protocolos sanitários e as medidas segmentadas e permanentes previstas nos Decretos Estaduais, e demais normas dos órgãos superiores da área da saúde.

§ 1º - Preenchidos os requisitos dessas normas e suas alterações posteriores, o Município de Almeirim poderá adotar plano estruturado de prevenção e enfrentamento da pademia da COVID-19, estabelecendo medidas segmentadas específicas, com vistas a atender as peculiaridades locais.

§ 2º - Fica a Secretaria Executiva de Saúde (SESPA) autorizada a editar atos normativos complementares aos protocolos sanitários de que trata este decreto.

§ 3º - Fica a Comissão de Enfrentamento da COVID-19(CEC-19) autorizada a editar atos normativos complementares aos protocolos sanitários de que trata este decreto.

Art. 5º - Os protocolos sanitários serão disponibilizados na rede mundial de computadores no sítio eletrônico da Prefeitura.

Art. 6º - Fica autorizada a abertura de casas de shows, bem como a realização de eventos e festas abertas ao público, com capacidade reduzida a 75% (setenta e cinco por cento) de sua capacidade total.

§ 1º - Fica expressamente proibido o uso de aparelhos sonoros ou carros com som automotivo na orla da cidade de Almeirim.

§ 2º - Fica autorizado, EXCEPCIONALMENTE, o uso de aparelhos sonoros ou carros com som automotivo nos locais a serem utilizados durante a realização dos festejos alusivos ao aniversário da cidade de Almeirim.

§ 3º - Fica autorizado, em regime de EXCEÇÃO, o funcionamento de bares ou similares de acordo com legislação específica no que tange a regulamentação de horários de funcionamento para esse segmento, com limitação máximo de 75%, devendo observar cumprimento do protocolo higiênico-sanitário deste Decreto em especial a **PORTARIA nº 0008/2021-CEC19/PMA**;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

3

Art. 7º - O horário máximo de funcionamento do comércio em geral de Almeirim, passa a vigorar de acordo com o especificado no alvará de licença expedido pela Prefeitura.

Art. 8º - Ficam autorizados o embarque e desembarque no Município de Almeirim-PA, desde que sejam cumpridas as formalidades e os protocolos Sanitários constantes neste Decreto, como medida de prevenção aos riscos de contágio no enfrentamento da pandemia do corona vírus.

ZONA DE RISCO 4 - BANDEIRA VERDE

Art. 9º - O Município de Almeirim que integra a **ZONA 4 (BANDEIRA VERDE)**, deverá resguardar o exercício e o funcionamento das atividades públicas e privadas, respeitadas as regras de proteção sanitária e, admitindo-se também a flexibilização dos setores econômicos e sociais, desde que mediante o cumprimento dos protocolos sanitários definidos pela CEC-19.

I - Fica permitida a realização de cultos, missas e eventos religiosos presenciais com público reduzido a 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade máxima do auditório, respeitando o protocolo estabelecido na Portaria n. 004/2021-CEC19/PMA, aplicando-se subsidiariamente o Anexo III do Decreto Estadual nº. 800/2020, enquanto perdurar o bandeiramento verde;

II - Fica permitido, em regime de exceção, o transporte rodoviário de passageiros intramunicipal de acordo com a Portaria n. 001/2021-CEC19/PMA, aplicando-se subsidiariamente o Anexo III do Decreto Estadual nº. 800/2020, enquanto perdurar o bandeiramento verde;

III - Fica permitida, em regime de exceção, a abertura de academias de ginástica de acordo com a Portaria n. 002/2021-CEC19/PMA, aplicando-se subsidiariamente o Anexo III do Decreto Estadual nº. 800/2020;

IV - Ficam autorizadas as atividades esportivas amadoras coletivas, tais como, aquelas onde possa ser feito o controle de entrada e saída dos praticantes, e nas quais poderão ser adotadas as medidas de prevenção e proteção contra a COVID-19, como futebol, futsal, vôlei, basquete, handebol, futevôlei, vôlei de areia, jiu-jitsu, muay thai e similares, sendo que em tais ambientes deverão ser respeitados os protocolos de enfrentamento da Covid-19 e que obedeçam às limitações de participantes, conforme dispõe este Decreto, com público presente reduzido a 75% (setenta e cinco por cento) de sua capacidade nos locais de realização dos eventos;

V - A realização de cultos, missas e eventos religiosos, deve cumprir o protocolo higiênico-sanitário aqui instituído.

• **Limpeza e higienização de ambientes:**

- a) Disponibilizar lavatórios com água e dispensador de sabão para higienização das mãos;
- b) Disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) em líquido ou gel para higienização das mãos.

Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 510 – Centro
CEP 68.230-000–Almeirim/PA
CNPJ: 05.139.464/0001-05

"Reconstruindo Almeirim"



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

4

- **Higiene pessoal:**
 - a) Usar máscara;
 - b) Usar, preferencialmente, garrafa ou copo pessoal para hidratação;
 - c) Usar, preferencialmente, solução de álcool 70% (setenta por cento) pessoal.
- **Distanciamento social:**
 - a) Limitar o público à proporção de 75% (setenta e cinco por cento) do total de lotação;
 - b) Limitar a realização dos eventos a 03 (três) dias por semana;
- **Comunicação:**
 - a) Orientar participantes sobre os critérios de limpeza e higienização do ambiente, higiene pessoal;
 - b) Fixar na entrada do ambiente e onde mais for conveniente avisos de uso obrigatório de máscaras;
 - c) Fixar próximo aos lavatórios cartazes educativos sobre a maneira correta de se fazer higienização das mãos com água e sabão;
 - d) Comunicar à equipe de monitoramento da CEC 19 membros que apresentem sintomas da COVID19;

VI - As sessões legislativas da Câmara Municipal de Almeirim poderão ser realizadas de forma presencial, sendo de responsabilidade da Mesa Executiva a adoção dos protocolos higiênico-sanitários conforme abaixo:

- a) Higienização do ambiente para o evento, em especial dos assentos através de vaporização (*spray*) com álcool 70% (setenta por cento);
- b) Deverão ser disponibilizados lavatórios com água e dispensador de sabão para higienização das mãos;
- c) Será disponibilizado, aos vereadores e pessoal de apoio, álcool 70% (setenta por cento) em líquido ou gel para higienização das mãos;
- d) A hidratação deverá ser feita, preferencialmente, com garrafa ou copo pessoal para todos; Deverá ser disponibilizado solução de álcool 70% (setenta por cento) para uso pessoal;
- e) Comunicar à equipe de monitoramento da CEC19 membros que apresentem sintomas da COVID19.

§ 1º - Eventuais exceções ao disposto neste artigo deverão ser avaliadas pelos titulares das pastas, cientificando-se o Gabinete da Prefeitura.

Art. 10 – À todas as pessoas do Município de Almeirim, no âmbito de sua circunscrição, é obrigatório o uso contínuo de máscara de proteção com a devida cobertura sobre a nariz e a boca, podendo ser confeccionada em tecido ou material similar, em conformidade com as recomendações das autoridades sanitárias.

Parágrafo Único. O não uso ou o uso incorreto da máscara implica em CRIME CONTRA A SAÚDE

Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 510 – Centro
CEP 68.230-000–Almeirim/PA
CNPJ: 05.139.464/0001-05

“Reconstruindo Almeirim”



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

5

PÚBLICA que consiste em “*infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa*”, com pena de “*detenção de 01 (um) mês a 01 (um) ano e multa*”, nos termos do art. 268 do Código Penal.

Art. 11 - Os estabelecimentos comerciais e de serviços das atividades essenciais enumeradas no Anexo I do presente decreto, devem observar quanto ao seu funcionamento, além do previsto no Protocolo Geral do Decreto Estadual nº. 800/2020, o seguinte:

- I - Fornecer alternativas de higienização (água e sabão e/ou álcool em gel 70%);
- II - Impedir o acesso ao estabelecimento de pessoas sem máscara;

§ 1º. As feiras de rua deverão respeitar as regras deste artigo, no que for compatível.

SERVIÇOS EDUCACIONAIS

Art. 12 - Os estabelecimentos públicos, privados ou comunitários que possuam licença de funcionamento para atividades educacionais ficam autorizados a retomarem as atividades presenciais, observadas as medidas sanitárias.

§ 1º - A retomada para os estabelecimentos privados ou comunitários não vinculados ao SME de Almeirim deverá atender as seguintes determinações:

- a) Cumprir os protocolos estabelecidos pela SESPA no tocante as normas técnicas de segurança em saúde para evitar a transmissão da COVID-19;
- b) Cumprir o que determina o Guia de Implantação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica publicado pelo Ministério da Educação (MEC);
- c) Limitar, inicialmente, o atendimento para alunos em sala de aula no máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de cada turma, organizando de forma gradual, escalonado e por níveis de ensino, percentual esse que deverá ser readequado de acordo com a Administração Pública.

Art. 13 - Os profissionais lotados nos estabelecimentos do SME, integrantes dos seguintes grupos ocupacionais: apoio técnico especializado, administrativo educacional e apoio administrativo educacional, retornarão as atividades presenciais a partir da data de publicação deste decreto, seguindo as orientações da SEDUC.

§ 1º - O retorno determinado no *caput* deste artigo não se aplica aos servidores do grupo de risco: pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, grávidas e portadores de doenças que apresentem laudo médico que os qualifiquem no grupo de risco da COVID- 19.

Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 510 – Centro
CEP 68.230-000–Almeirim/PA
CNPJ: 05.139.464/0001-05

“Reconstruindo Almeirim”



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

6

Art. 14 - O retorno às aulas presenciais estabelecidas neste decreto será facultativo, a critério dos pais ou responsáveis dos alunos, sem prejuízo aos optantes pelo não retorno, devendo os estabelecimentos de ensino proverem meios de atendimento aos optantes pelo não retorno presencial.

Art. 15 - Fica permitido o retorno das atividades educacionais nas unidades escolares do Município de Almeirim, de acordo com o plano de retorno das aulas elaborado pela SEDUC.

PROCEDIMENTOS FÚNEBRES

Art. 16 - Será obrigatório a observância dos protocolos de segurança sanitária exigida em conformidade com a Nota Técnica nº. 03/DCIH/DVS/SESPA;

I - Manter a urna funerária fechada durante todo o traslado, que deverá ser feito por veículo aberto ou ventilado evitando qualquer contato (toque/beijo) com a urna do falecido (a).

II - Não será permitida a presença e aproximação de pessoas da família e outros, próximo a urna;

TOQUE DE RECOLHER

Art. 17 - Fica determinado o toque de recolher acompanhando o horário de funcionamento de bares, boates e similares conforme regulamentado em legislação específica, enquanto perdurar a classificação do banderamento verde, obrigatório em todo território do município, ficando terminantemente proibida a circulação de pessoas nos horários estabelecidos, exceto:

I - Quando houver necessidade de locomoção à farmácia ou atendimento de saúde de urgência;

II - Para prestadores de serviços na área de saúde, segurança, assistência social, serviço de entrega (*delivery*) permitidos neste decreto, táxi, mototáxi, transporte de cargas e alimentos perecíveis, trabalhadores que estejam em turno de serviço, transporte de funcionários de empresas privadas que estejam trabalhando no período noturno, desde que comprovada a necessidade e urgência no deslocamento e, portanto, identificação funcional;

III - No período de realização das comemorações alusivas ao aniversário da cidade.

§1º A locomoção no horário em que vigorar o toque de recolher, quando extremamente necessária, deverá ser realizada pelo munícipe, presencialmente de maneira individual, se necessário com apenas 01 (um) acompanhante;

FISCALIZAÇÃO

Art.18 - Fica determinado aos agentes da Vigilância Sanitária, fiscais da Vigilância Epidemiológicas,

Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 510 – Centro
CEP 68.230-000–Almeirim/PA
CNPJ: 05.139.464/0001-05

“Reconstruindo Almeirim”



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

7

fiscais de Meio Ambiente, Conselho Tutelar, Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal e membros da CEC-19, a fiscalização e realização de rondas no município para garantir a dispersão, evitar aglomeração de pessoas e garantir o cumprimento das recomendações e determinações do órgão licenciador, autorizador e/ou concedente, independente da responsabilidade civil e criminal quanto às medidas de combate ao coronavírus, seja dentro de estabelecimento ou em via pública:

I - Advertência;

II - Multa diária de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para pessoa jurídica, a ser duplicada por cada reincidência;

III - Embargo ou interdição de estabelecimento.

Art. 19 - O descumprimento das normas previstas neste decreto, bem como dos protocolos fixados pelas autoridades municipais, estaduais e federais, acarretará nas penalidades previstas nas legislações correlatas, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

Parágrafo Único – O descumprimento dos termos deste decreto constitui crime contra saúde pública.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Este decreto terá a validade de 15 (quize) dias, a partir do dia 18/08/2021, podendo ser revisto a qualquer tempo, de acordo com a evolução epidemiológica da COVID-19 e podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública, revogadas as disposições em contrário.

Art. 21 - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura e publicação; Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Almeirim - PA, 18 de agosto de 2021.


MARIA LUCIDALVA BEZERRA DE CARVALHO
Prefeita Municipal de Almeirim



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

8

ANEXO I
LISTA DE ATIVIDADES ESSENCIAIS

1. assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
2. assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
3. atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
4. atividades de defesa nacional e de defesa civil;
5. trânsito e transporte internacional de passageiros;
6. telecomunicações e internet; serviço de call center;
7. captação, tratamento e distribuição de água
8. captação e tratamento de esgoto e lixo;
9. geração, transmissão, distribuição e manutenção de energia elétrica e de gás, incluindo o fornecimento de suprimentos e os serviços correlatos necessários ao funcionamento dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, bem como as respectivas obras de engenharia relacionadas a essas atividades;
10. iluminação pública;
11. produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
12. serviços funerários;
13. guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
14. vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
15. prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
16. inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
17. vigilância agropecuária internacional;
18. controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
19. compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
20. serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;
21. serviços postais;
22. transporte e entrega de cargas em geral;
23. serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;
24. serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Anexo;
25. fiscalização tributária e aduaneira;
26. fiscalização tributária e aduaneira federal;
27. transporte de numerário;
28. produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
29. fiscalização ambiental;
30. produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
31. monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
32. levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;
33. mercado de capitais e seguros;
34. cuidados com animais em cativeiro, bem como, cuidados veterinários e fornecimento de alimentação para animais domésticos;
35. atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes, inclusive serviços de contabilidade;
36. atividades médico-periciais inadiáveis;
37. fiscalização do trabalho;
38. atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia da COVID-19;
39. atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pelas advocacias públicas e privadas, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos serviços públicos, bem como nas demais questões urgentes, e os serviços de cartórios extrajudiciais em regime de plantão;
40. unidades lotéricas, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo;
41. serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo;
42. serviços de radiodifusão de sons e imagens e da imprensa em geral;

Rodovia Almeirim Panaicá, nº. 510 – Centro
CEP 68.230-000–Almeirim/PA
CNPJ: 05.139.464/0001-05

“Reconstruindo Almeirim”



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMEIRIM
GABINETE DA PREFEITA

9

43. atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de start-ups, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo;
44. atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga em rodovias e estradas;
45. atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho;
46. atividade de locação de veículos, somente quanto às atividades relativas às demais listadas neste Anexo.
47. atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização, somente para serviços consideráveis inadiáveis;
48. atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos, plásticos em geral e embalagens de fibras naturais;
49. atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro;
50. atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais;
51. atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020;
52. produção, transporte e distribuição de gás natural;
53. indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
54. Obras de engenharia nas áreas de serviços e atividades essenciais, urgentes e infraestrutura;
55. Cartórios de Registro Civil das Pessoas Naturais;
56. Comercialização de materiais de construção;
57. Atividades do Poder público municipal, estadual e federal;
58. Serviços domésticos, prestados a empregador que atue em atividade/serviço essencial, na forma do Decreto, desde que destinado ao cuidado de criança, idoso, pessoa enferma ou incapaz, ou quando o empregador for idoso, pessoa enferma ou incapaz, devendo tal circunstância constar em declaração a ser emitida pelo contratante, acompanhada da CTPS quando for o caso;
59. Produção, distribuição, comercialização e entrega de produção de alimentos agropecuário, agroindustrial, agropastoril e as atividades correlatas necessárias ao seu regular funcionamento;
60. Funcionamento de Aeroportos e dos serviços inerentes ao transporte de passageiros, cargas e malas postais;
61. Serviço de transporte de passageiros, público ou privado, para auxiliar o atendimento das atividades/serviços essenciais;
62. Serviços de hospedagem, com consumo de refeições pelos hóspedes exclusivamente nos quartos;
63. Serviços de lavanderia para atender atividades/serviços essenciais;
64. Produção, distribuição, comercialização e entrega de produção de madeira e produtos florestais;
65. Transporte coletivo interestadual e intermunicipal de passageiros, terrestre, marítimo e fluvial;
66. Funcionários que prestam serviço em condôminos, entre eles, porteiro, zelador, vigia, auxiliar, faxineiro.